

Circular 019 - 2026

Niterói, 06 de Abril de 2026

## **MANIFESTO RJ POSTOS**

### **Medidas Federais Sobre o Diesel e os Impactos Sobre a Revenda**

O RJ Postos vem diante de sua revenda manifestar sua posição acerca das recentes medidas adotadas pelo Governo Federal para o mercado de diesel, incluindo a subvenção de R\$ 0,32 por litro e a proposta de ampliação do subsídio em conjunto com os Estados.

A iniciativa foi estruturada sob a justificativa de garantir o abastecimento diante da alta dos preços internacionais, mas apresenta problemas relevantes que impactam diretamente a revenda — sem que este setor tenha sido ouvido em nenhum momento.

O modelo adotado combina dois elementos que precisam ser compreendidos juntos: de um lado, a regra da ANP que estabelece um limite de preço a partir do Preço de Referência (PR), resultando no chamado preço máximo de comercialização (PC); de outro, a realidade econômica, que depende do custo de reposição do produto, que continua variando conforme o mercado.

Na prática, cria-se um cenário em que o preço de venda fica limitado, enquanto o custo de compra continua variando conforme câmbio, petróleo e demais fatores. O resultado é um aperto crescente nas margens ao longo da cadeia.

A subvenção de R\$ 0,32 — somada à nova proposta de ampliação do subsídio — não é destinada aos postos, mas aos agentes da cadeia de suprimento, como distribuidoras e importadores. Além disso, o recebimento desse benefício está condicionado ao cumprimento do limite de preço, o que acaba funcionando, na prática, como um controle indireto.

Mesmo com a subvenção, a rentabilidade pode ser menor do que em condições normais de mercado. E, quando o custo de reposição sobe ou a subvenção deixa de ser suficiente, a conta deixa de fechar.

Nessas situações, os distribuidores acabam recompondo seus preços — muitas vezes de forma repentina. Esse movimento chega diretamente ao posto, que não recebe qualquer subsídio e não tem controle sobre os preços praticados antes dele na cadeia.

Num primeiro momento, pode até haver alguma redução no preço de compra. Mas essa condição é temporária. Quando o custo sobe, o posto se vê diante de uma escolha difícil: ou absorve o aumento e reduz sua margem, ou repassa ao consumidor e perde competitividade — além de ficar mais exposto à fiscalização.

E aqui está uma das principais distorções da medida: embora o posto não receba qualquer benefício e não tenha qualquer controle sobre a formação de preços ao longo da cadeia, é ele quem acaba sendo diretamente pressionado a reduzir os valores na bomba — seja pela imprensa, seja pelos órgãos de controle, como Procons e a ANP —, como se fosse responsável por uma dinâmica que claramente não lhe pertence.

Também não existe qualquer garantia de que o benefício concedido na origem será repassado ao longo da cadeia. Ainda assim, cria-se uma expectativa equivocada de queda de preços, o que expõe indevidamente a revenda.

O RJ Postos reafirma seu compromisso com a legalidade, a transparência e a concorrência leal, mas destaca que medidas dessa natureza exigem diálogo com todos os elos da cadeia.

**JUNTOS somos mais FORTES!**

**MARCELO AMBAR NAYA**  
Presidente do RJ POSTOS

**JOSÉ LUIZ FAGUNDES DA COSTA**  
Vice-presidente do RJ POSTOS

**LEONARDO BRAGANÇA**  
Assessor Jurídico - RJ POSTOS

